

Anexos





Instituto S. João de Deus

Balanço em 31 dezembro 2025

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		31 dez 2025	31 dez 2024
ATIVO			
Ativo não corrente		49 895 111	47 893 880
Ativos fixos tangíveis	5	49 894 959	47 794 972
Ativos intangíveis		151	211
Investimentos financeiros		0	98 697
Ativo corrente		40 043 381	45 454 595
Inventários	9	1 054 897	1 233 966
Créditos a receber	13	11 574 134	16 866 766
Estado e outros entes públicos	15	5 565	424
Diferimentos	17	135 292	513 179
Caixa e depósitos bancários	4	27 273 492	26 840 260
Total do Ativo		89 938 491	93 348 475
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais		50 619 221	47 949 704
Fundos	16	5 119 822	5 119 822
Resultados transitados	16	32 542 596	30 924 110
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	16	12 956 802	11 905 771
Resultado líquido do período		1 053 612	1 620 131
Total dos fundos patrimoniais		51 672 832	49 569 835
Passivo			
Passivo não corrente		9 172 326	10 312 657
Provisões	11	128 675	114 377
Financiamentos obtidos	13	9 043 652	10 198 280
Passivo corrente		29 093 333	33 465 983
Fornecedores	13	2 251 005	3 277 927
Estado e outros entes públicos	15	1 270 279	934 688
Financiamentos obtidos	13	2 971 432	7 598 274
Diferimentos	17	8 065	0
Outros passivos correntes	13	22 592 552	21 655 094
Total do passivo		38 265 659	43 778 640
Total dos fundos patrimoniais e passivo		89 938 491	93 348 475

A Contabilista Certificada:



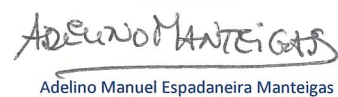
A Direção:

O Presidente



José Paulo Simões Pereira

O Secretário



Adelino Manuel Espadaneira Manteigas

O Tesoureiro



Luiz Manuel Vieira da Silva

O 1º Vogal



Alberto Paulo Madureira Mendes

O 2º Vogal



Augusto Vieira Gonçalves

Instituto S. João de Deus

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Periodos	
		2025	2024
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - Método Directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		62 200 528	48 056 227
Pagamentos a Fornecedores		24 239 570	19 962 315
Pagamentos ao Pessoal		22 559 874	19 500 462
Caixa Gerada pelas Operações		15 401 084	8 593 450
Pagamentos/Recebimentos de Impostos sobre o Rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		5 801 287	2 171 509
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		9 599 797	6 421 941
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		5 351 673	2 651 282
Recebimentos Provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		0	11 194
Subsidios ao Investimento		567 513	165 544
Juros e Rendimentos Similares		113 432	153 590
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		-4 670 728	-2 320 953
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		2 220 000	8 135 826
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		6 357 547	11 199 486
Juros e Gastos Similares		358 289	778 158
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		-4 495 836	-3 841 818
Varição de Caixa e seus Equivalentes (1 + 2 + 3)		433 232	259 170
Efeito das Diferenças de Câmbio		0	0
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		26 840 260	26 581 090
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período		27 273 492	26 840 260

A Contabilista Certificada:



A Direção:

O Presidente



José Paulo Simões Pereira

O Secretário



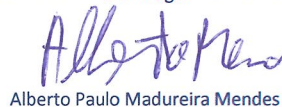
Adelino Manuel Espadaneira Manteigas

O Tesoureiro



Luiz Manuel Vieira da Silva

O 1º Vogal



Alberto Paulo Madureira Mendes

O 2º Vogal



Augusto Vieira Gonçalves

Instituto S. João de Deus

Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 dezembro 2025

Unidade monetária: Euro

Rendimentos e Gastos	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	10	60 895 408	56 488 349
Subs., doações e legados à exploração	12	1 191 580	1 154 229
Trabalhos para a própria entidade		561	431
Custo das mercadorias vend. e das matérias consumidas	9	-3 490 821	-3 606 625
Fornecimentos e serviços externos	19	-18 777 031	-17 741 056
Gastos com o pessoal	14	-34 182 746	-30 237 048
Impar. dívidas receber(perdas/reversões)	8	3 468	-50 058
Provisões (aumentos/reduções)		-14 298	12 650
Aumentos/reduções de justo valor	18	28 908	28 789
Outros rendimentos	20	1 292 237	1 002 010
Outros gastos	21	-1 307 373	-488 033
Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		5 639 895	6 563 638
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-4 254 647	-4 318 939
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 385 248	2 244 699
Juros e rendimentos similares obtidos		103 527	153 590
Juros e gastos similares suportados	7	-435 163	-778 158
Resultado antes de impostos		1 053 612	1 620 131
Imposto sobre rendimento do período		0	0
Resultado Líquido do Período		1 053 612	1 620 131

A Contabilista Certificada:

A Direção:

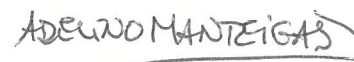


O Presidente



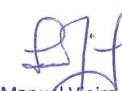
José Paulo Simões Pereira

O Secretário



Adelino Manuel Espadaneira Manteigas

O Tesoureiro



Luiz Manuel Vieira da Silva

O 1º Vogal



Alberto Paulo Madureira Mendes

O 2º Vogal



Augusto Vieira Gonçalves

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Instituto S. João de Deus



Anexo às demonstrações financeiras

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto S. João de Deus é uma Instituição Particular de Solidariedade Social fundado a 11 de novembro de 1977, com aprovação dos seus estatutos por despacho do Ministro dos Assuntos Sociais, publicado em Diário da República, nº 288, II Série. Foi criado para proceder à gestão dos Estabelecimentos Hospitalares da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.

Os fins e objetivos referidos no número anterior concretizam-se mediante a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Apoio às pessoas com deficiência e incapacidade;
- b) Apoio à integração social e comunitária;
- c) Proteção social dos cidadãos nas eventualidades da doença, velhice, invalidez e morte, bem como em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho;
- d) Prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa, de cuidados continuados e de reabilitação e assistência medicamentosa;
- e) Outras respostas sociais, não incluídas nas alíneas anteriores, desde que contribuam para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos.

Para a prossecução dos seus fins, o Instituto dirige os Estabelecimentos a seguir identificados e cedidos pela Província:

Instituto S. João Deus - Telhal	Sintra
Instituto S. João Deus - Funchal	Funchal
Instituto S. João Deus – Angra do Heroísmo	Angra do Heroísmo
Instituto S. João Deus - Barcelos	Barcelos
Instituto S. João Deus – Ponta Delgada	Ponta Delgada
Instituto S. João Deus – Montemor-o-Novo	Montemor-o-Novo
Instituto S. João Deus – Vilar de Frades	Barcelos
Instituto S. João Deus - Lisboa	Lisboa
e outros que a Província lhe vier a confiar, nas mesmas condições.	



A moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção para a emissão no dia 14 de maio de 2026.

De acordo com os Estatutos do Instituto São João de Deus, as contas emitidas são sujeitas a apreciação pelo Conselho Fiscal.

Enquadramento fiscal

O código da atividade económica (CAE) principal do Instituto S. João de Deus é:

86100 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com internamento.

Desde 2016 o ISJD passou a ter como CAE secundários:

87301 Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

87302 Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento

87100 Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento

87902 Atividades de apoio social com alojamento, n.e.

87200 Atividades dos estabelecimentos para pessoas com doença do foro mental e do abuso de drogas c/ aloj.

Em abril de 2013 o Instituto S. João de Deus alterou o seu enquadramento em sede de IVA para o regime misto com afetação real de todos os bens.

São realizadas aquisições intracomunitárias.

O Instituto S. João de Deus é isento em sede de IRC.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros, em que se aplica o valor de mercado.



3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Entidade espera incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis excluindo Goodwill

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Os ativos intangíveis com uma vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, comparando a sua quantia escriturada com a sua quantia recuperável.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, por forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução ao gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.



INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Quando os serviços sejam desempenhados por um número indeterminado de atos durante um período específico de tempo, o rédito é reconhecido numa base de linha reta durante o período específico a menos que haja evidência de que um outro método represente melhor a fase de acabamento. Quando um ato específico seja muito mais significativo do que quaisquer outros atos, o reconhecimento do rédito é adiado até que o ato significativo seja executado.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da Entidade receber o correspondente montante.

3.6 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.7 Subsídios do governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a Entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio na rubrica de subsídios para o investimento, sendo posteriormente reclassificados de forma sistemática para resultados como rendimentos durante o período de vida útil dos respetivos ativos.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.



3.8 Inventários

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- i) Mercadorias e matérias-primas: As mercadorias e as matérias-primas encontram-se valorizadas ao mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.
- ii) Produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso: Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao mais baixo entre o custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção) e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo de produção e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas em custos operacionais.

3.9 Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem: (i) uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado; (ii) é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e; (iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

É reconhecida uma provisão para reestruturação quando a Entidade desenvolveu um plano formal detalhado de reestruturação e iniciou a implementação do mesmo ou anunciou as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, consequentemente, relacionados com as atividades correntes da Entidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.



INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de clientes e outras contas a receber correntes são registadas pelo respetivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Entidade tem em consideração informação de mercado demonstrando que:

- A contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- Se verificam atrasos significativos nos pagamentos por parte da contraparte;
- Se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou reestruturação financeira.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Empréstimos bancários e outros passivos remunerados

Os passivos remunerados são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos.

Os passivos remunerados são subsequentemente apresentados ao custo.

Para os financiamentos existentes, atualmente, entende-se que dado que a taxa de juro paga é a de mercado e que é imaterial a diferença temporal do valor do dinheiro, não existe diferença entre a taxa de juro de mercado e a taxa efetiva e consequentemente não existem diferenças significativas entre a utilização do método do custo ou do custo amortizado.

Os passivos remunerados são classificados no passivo corrente, exceto se a Entidade detém um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da demonstração da posição financeira.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações do justo valor mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.



INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.



4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, o montante inscrito como caixa e equivalentes de caixa no final do período são como apresentados abaixo.

Componentes da rubrica de caixa e equivalentes a caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	47 723	37 558
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5 824 831	8 222 741
Depósitos bancários prazo	21 400 939	18 579 961
Outras aplicações de tesouraria	0	0
	<u>27 273 492</u>	<u>26 840 260</u>
Descobertos bancários	0	0
Contas caucionadas	0	-4 358 268
Outros financiamentos de curto prazo	-2 971 432	-3 240 007
	<u>-2 971 432</u>	<u>-7 598 274</u>
	<u>24 302 060</u>	<u>19 241 986</u>

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de ativos fixos apresenta a seguinte composição.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fixos tangíveis		
Valor bruto	115 812 539	109 587 854
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	-65 917 580	-61 792 882
Quantia escriturada	<u>49 894 959</u>	<u>47 794 972</u>
Terrenos e recursos naturais (modelo custo)	63 786	69 381
Edifícios e outras construções (modelo custo)	39 555 703	41 418 913
Equipamento básico (modelo custo)	2 535 978	2 579 811
Equipamento de transporte (modelo custo)	488 008	188 340
Equipamento administrativo (modelo custo)	302 395	249 516
Outros ativos fixos tangíveis (modelo custo)	1 989 327	2 387 045
Ativos fixos tangíveis em curso	4 959 761	901 965
Quantia escriturada	<u>49 894 959</u>	<u>47 794 972</u>

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS**

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos, nas depreciações acumuladas e nas perdas por imparidade foi como apresentado abaixo:

Reconciliação da quantia escriturada

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2023	151 781	83 164 811	11 148 586	1 249 797	4 631 689	7 442 518	107 789 182
Depreciações acumuladas a 31/12/2023	(76 805)	(39 769 527)	(8 924 910)	(1 075 667)	(4 404 595)	(2 867 229)	(57 118 734)
Quantia escriturada a 31/12/2023	74 976	43 395 284	2 223 676	174 129	227 094	4 575 289	50 670 448
Aquisições	-	443 807	534 211	101 381	111 373	865 312	2 056 084
Abates	-	-	-	(549)	(39 612)	(22 066)	(62 227)
Alienações	-	-	-	(34 487)	-	-	(34 487)
Transferências	-	(47 675)	1 015 901	-	45 551	(1 174 475)	(160 698)
	151 781	83 560 943	12 698 698	1 316 142	4 749 002	7 111 289	109 587 854
Gastos com depreciações	(5 595)	(3 131 615)	(507 579)	(87 170)	(102 232)	(483 642)	(4 317 833)
Abates	-	-	-	-	39 612	19 960	59 572
Alienações	-	-	-	34 487	-	-	34 487
Transferências	-	759 112	(686 399)	549	(32 270)	(491 367)	(450 374)
	(82 400)	(42 142 030)	(10 118 887)	(1 127 802)	(4 499 485)	(3 822 278)	(61 792 882)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	151 781	83 560 943	12 698 698	1 316 142	4 749 002	7 111 289	109 587 854
Depreciações acumuladas a 31/12/2024	(82 400)	(42 142 030)	(10 118 887)	(1 127 802)	(4 499 485)	(3 822 278)	(61 792 882)
Quantia escriturada a 31/12/2024	69 381	41 418 913	2 579 811	188 340	249 516	3 289 011	47 794 972

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis e em curso	Total
Quantia escriturada bruta a 31/12/2024	151 781	83 560 943	12 698 698	1 316 142	4 749 002	7 111 289	109 587 854
Depreciações acumuladas a 31/12/2024	(82 400)	(42 142 030)	(10 118 887)	(1 127 802)	(4 499 485)	(3 822 278)	(61 792 882)
Quantia escriturada a 31/12/2024	69 381	41 418 913	2 579 811	188 340	249 516	3 289 011	47 794 972
Aquisições	-	187 961	553 094	407 208	189 907	5 016 464	6 354 634
Abates	-	-	(4 674)	-	(55 598)	(1 614)	(61 885)
Alienações	-	-	-	(68 064)	-	-	(68 064)
Transferências	-	920 380	-	-	-	(920 380)	-
	151 781	84 669 284	13 247 118	1 655 286	4 883 312	11 205 759	115 812 539
Gastos com depreciações	(5 595)	(2 971 551)	(596 926)	(107 539)	(137 029)	(436 006)	(4 254 647)
Abates	-	-	4 674	-	55 598	1 614	61 885
Alienações	-	-	-	68 064	-	-	68 064
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
	(87 995)	(45 113 580)	(10 711 140)	(1 167 277)	(4 580 917)	(4 256 670)	(65 917 580)
Quantia escriturada bruta a 31/12/2025	151 781	84 669 284	13 247 118	1 655 286	4 883 312	11 205 759	115 812 539
Depreciações acumuladas a 31/12/2025	(87 995)	(45 113 580)	(10 711 140)	(1 167 277)	(4 580 917)	(4 256 670)	(65 917 580)
Quantia escriturada a 31/12/2025	63 786	39 555 703	2 535 978	488 008	302 395	6 949 088	49 894 959

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****Vida útil**

Apresenta-se abaixo as vidas úteis estimadas e a taxa de depreciação do exercício dos ativos fixos tangíveis depreciados de acordo como o método da linha reta.

Vidas úteis**Intervalo de vida útil**

Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	[5 a 45 anos]
Equipamento básico	[1 a 10 anos]
Equipamento de transporte	[3 a 10 anos]
Equipamento administrativo	[1 a 16 anos]
Outros ativos fixos tangíveis	[1 a 20 anos]

6. LOCAÇÕES

A quantia escriturada líquida dos ativos detidos sob contratos de locação financeira é como indicada abaixo.

Composição das locações (Financeiras - Locatário)

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Quantia escriturada bruta	Amortização / perdas de imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
Ativos fixos tangíveis	320 986	(221 313)	99 674	320 986	(207 623)	113 364
	320 986	(221 313)	99 674	320 986	(207 623)	113 364

7. CUSTOS DOS FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O custo dos financiamentos obtidos nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como se apresenta abaixo.

Gastos e perdas de financiamento

	31/12/2025	31/12/2024
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	433 488	774 204
Juros de mora e compensatórios	-	-
Juros de contratos de locação financeira	-	-
Outros gastos de financiamento	1 675	3 955
	435 163	778 158

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****8. IMPARIDADE DE ATIVOS**

No decurso do período, a Entidade procedeu à avaliação da quantia recuperável dos clientes, inventários e aplicações financeiras, tendo identificado as seguintes situações:

Rubricas onde foram reconhecidas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão de perdas por imparidade
Reconhecidas em resultados				
6511 Clientes	23 719	-	56 412	-
7621 Clientes	-	(27 187)	-	(6 354)
	23 719	(27 187)	56 412	(6 354)

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de inventários apresenta a seguinte composição:

Composição dos inventários

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada	Quantia bruta escriturada	Perdas por imparidade	Quantia líquida escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 051 273	-	1 051 273	1 230 146	-	1 230 146
Mercadorias	3 624	-	3 624	3 820	-	3 820
	1 054 897	-	1 054 897	1 233 966	-	1 233 966

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foi como apresentado abaixo.

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Ativos biológicos	Total
Saldo a 01/01/2024	1 307 566	2 571	-	1 310 138
Aquisições no exercício	3 509 586	20 867	-	3 530 453
Regularizações no exercício	-	-	-	-
Reclassificações de (para) propriedades de investimento ou ativos fixos	-	-	-	-
Saldo a 31/12/2024	1 230 146	3 820	-	1 233 966
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 587 006	19 619	-	3 606 625
Saldo a 31/12/2024	1 230 146	3 820	-	1 233 966
Aquisições no exercício	3 778 573	15 348	-	3 793 921
Regularizações no exercício	(309 106)	(614)	-	(309 720)
Reclassificações de (para) propriedades de investimento ou ativos fixos	-	-	-	-
Saldo a 31/12/2025	1 051 273	3 624	-	1 054 897
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 464 151	26 670	-	3 490 821



10. RÉDITO

O rédito reconhecido nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como apresentado abaixo:

Composição do rédito

	31/12/2025	31/12/2024
Rédito derivado da venda de bens		
Mercadorias	-	-
Rédito derivado da prestação de serviços		
Serviços secundários	3 415 930	3 306 162
Internamento	56 611 075	52 325 499
Ambulatório	692 547	696 798
Outros	175 857	159 891
Desconto e abatimentos	-	-
	60 895 408	56 488 349

Os réditos foram obtidos na sua totalidade no mercado nacional.

O aumento dos réditos deveu-se maioritariamente ao aumento das diárias de internamento tanto em Portugal Continental como nas Regiões Autónomas.

11. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A reconciliação entre o montante registado na rubrica de provisões entre o início e fim do período é como se segue:

Reconciliação da quantia escriturada

	Saldo a 31/12/2024	Aumentos	Saldo a 31/12/2025
Processos judiciais em curso	2 407	14 298	16 705
Outras provisões	111 970	-	111 970
	114 377	14 298	128 675

12. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO E OUTRAS ENTIDADES

Detalhe dos subsídios

	31/12/2025		31/12/2024	
	Montante recebido	Valor imputado ao período	Montante recebido	Valor imputado ao período
Subsídios à exploração				
IEFP	32 202	32 202	28 162	28 162
INR	39 799	39 799	38 623	38 623
Subsídios do estado	791 912	791 912	696 448	696 448
Segurança social	130 890	130 890	112 821	112 821
Outras entidades	196 777	196 777	278 175	278 175
	1 191 580	1 191 580	1 154 229	1 154 229

Foram igualmente reconhecidos em resultados 411 369 Eur no corrente período relativos a subsídios ao investimento.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS****Categorias de ativos e passivos financeiros**

Na data de relato, as principais categorias de ativos e passivos financeiros são como apresentadas abaixo:

Principais categorias de ativos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensurados ao custo menos imparidade	Total	Mensurados ao custo menos imparidade	Total
Ativos correntes				
Clientes	9 183 802	9 183 802	12 318 214	12 318 214
Adiantamentos a fornecedores	138 606	138 606	-	-
Estado e outros entes públicos	5 565	5 565	424	424
Outras contas a receber	2 251 726	2 251 726	4 548 552	4 548 552
Diferimentos	135 292	135 292	513 179	513 179
Caixa e depósitos bancários	27 273 492	27 273 492	26 840 260	26 840 260
	38 988 483	38 988 483	44 220 629	44 220 629

Principais categorias de passivos financeiros

	31/12/2025		31/12/2024	
	Mensurados ao custo	Total	Mensurados ao custo	Total
Passivos não correntes				
Financiamentos obtidos	9 043 652	9 043 652	10 198 280	10 198 280
Provisões	128 675	128 675	114 377	114 377
	9 172 326	9 172 326	10 312 657	10 312 657
Passivos correntes				
Fornecedores	2 251 005	2 251 005	3 277 927	3 277 927
Estado e outros entes públicos	1 270 279	1 270 279	934 688	934 688
Financiamentos obtidos	2 971 432	2 971 432	7 598 274	7 598 274
Diferimentos	8064,92	8 065	-	-
Outros passivos correntes	22 592 552	22 592 552	21 655 094	21 655 094
	29 093 333	29 093 333	33 465 983	33 465 983

Estão reconhecidos no ativo corrente, na rubrica “Caixa e depósitos bancários”, valores que apesar de estarem à guarda do ISJD não são sua propriedade (cerca 13 M€). Por este motivo encontram-se igualmente reconhecidos no passivo corrente, na rubrica “Outros passivos correntes”.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****Ativos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade**

Na data de relato, o detalhe por classe de ativo dos ativos financeiros em que foi reconhecida imparidade é como se segue.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2025, foram reconhecidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 23 719 Eur (2024: 56 412 Eur).

Foram revertidas perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 27 187 Eur.

Ativos financeiros para os quais tenha sido reconhecida imparidade

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada	Custo	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Ativos correntes						
Clientes	10 202 601	(1 018 799)	9 183 802	13 405 531	(1 087 317)	12 318 214
	10 202 601	(1 018 799)	9 183 802	13 405 531	(1 087 317)	12 318 214

Ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por recurso a modelos de valorização e teve por base a cotação de mercado divulgada pela entidade bancária.

Em 2025 não foi reconhecida qualquer perda por redução de justo valor nos Outros Ativos Financeiros.

Financiamentos obtidos com entidades bancárias

Na data de relato o detalhe dos financiamentos obtidos e principais características é como apresentado abaixo:

Contrato	Plafond	Maturidade	Taxa juro	Montante em dívida	
				Corrente	Não corrente
0003.18320976097	250 000	jan/26	Euribor 12 meses +1,25%	-	-
0003.18350528097	750 000	mai/26	Euribor 12 meses +0,75%	-	-
0003.18317162097	2 000 000	jun/26	Euribor 12 meses +0,75%	-	-
0003.12866529097	300 000	jun/26	Euribor 12 meses +1,25%	0	-
0003.18317154097	2 500 000	jun/26	Euribor 12 meses +1,25%	0	-
0003.14342777096	1 200 000	mai/26	Taxa fixa 1%	-100 000	0
0003.13954762096	8 000 000	dez/40	Euribor 12 meses +1,25%	-690 708	-6 400 477
500.3092.547/0	2 000 000	jan/36	Taxa fixa 1,25%	0	-1 551 282
550.3092.180/7	4 000 000	mai/26	2,06%	0	0
				-790 708	-7 951 760

Existem, para além destes financiamentos, outros obtidos junto de entidades não bancárias (nomeadamente, junto da Província Portuguesa da Ordem Hospitalreira de S. João de Deus), de cerca de 3 272 616€.



14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS, PESSOAS AO SERVIÇO E GASTOS COM PESSOAL

O número de colaboradores do ISJD a 31 de dezembro 2025 era de 1356.

No período findo a 31 de dezembro de 2025 e 2024 o ISJD incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

Gastos com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	26 427 348	23 059 940
Benefícios pós-emprego	-	-
Contribuição definida	-	-
Benefícios definidos	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	5 743 700	4 980 872
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	4 507	354 193
Gastos de ação social	1 507 302	1 377 770
Outros	499 889	464 272
	<u>34 182 746</u>	<u>30 237 048</u>

O aumento verificado nesta rubrica de gastos deveu-se, maioritariamente, ao investimento em recursos humanos que os aumentos de diárias de internamento vieram permitir.

A diminuição verificada no valor dos seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais deveu-se ao facto de os gastos com estes seguros terem sido classificados na conta 62 e não na conta 63, como deveria ter acontecido.

Assim, teremos o desvio contrário na conta 62.

15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica de Estado e outros entes públicos apresenta a seguinte composição:

Saldos com o estado e outros entes públicos

	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Retenções efetuadas a terceiros	-	(107 738)	-	(179 344)
Imposto sobre o valor acrescentado				
Conta corrente	5 141	(509 172)	-	(167 652)
FCT e FGCT	424	-	424	-
Contribuições para sistemas de proteção social	-	(653 369)	-	(587 691)
Imposto de selo	-	-	-	-
Outras taxas e tributos	-	-	-	-
	<u>5 565</u>	<u>(1 270 279)</u>	<u>424</u>	<u>(934 688)</u>

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****16. Reservas legais e outras e Fundos Patrimoniais**

Na data de relato, as rubricas de reservas legais e outras e variações dos fundos patrimoniais apresentam a seguinte composição:

Reservas legais e outras e excedentes de revalorização

	31/12/2025	31/12/2024
Outras variações nos fundos patrimoniais		
Subsídios	5 721 000	5 558 175
Outras	7 235 802	6 347 596
	<u>12 956 802</u>	<u>11 905 771</u>

Na data de relato no fundo encontram-se evidenciados 5.119.822 Eur e 32 542 596 Eur em fundos e resultados transitados, respetivamente (2024: 5.119.822 Eur e 30 924 110 Eur).

A variação do valor dos Ajustamentos/outras variações nos Fundos Patrimoniais é relativa a correções relacionadas com o reconhecimento em Fundo Social do valor relativo a espólio não reclamado de utentes falecidos há mais de um ano.

A Direção do ISJD decidiu em 2023 incorporar esses valores, que por força legal são propriedade da Instituição, no Fundo Social. Estas reservas só poderão ser utilizadas em investimentos estruturais como por exemplo, construção /remodelação de infraestruturas e aquisição de novos equipamentos, não devendo em caso algum ser utilizadas para financiamento da gestão corrente.

17. Diferimentos

Na data de relato a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

Detalhe dos diferimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Diferimentos		
Gastos antecipados	135 292	77 232
Rendimentos diferidos	-	435 947
	<u>135 292</u>	<u>513 179</u>
Diferimentos passivos		
Outros	(8 065)	-
	<u>127 227</u>	<u>513 179</u>

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****18. Variações de justo valor**

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resumo das variações de justo valor é como apresentado abaixo:

Resumo das variações de justo valor

	31/12/2025	31/12/2024
Ganhos (perdas) de justo valor em ativos biológicos	28 907	28 788
Ganhos (perdas) de justo valor em instrumentos financeiros	1	1
	<u>28 908</u>	<u>28 789</u>

19. Fornecimentos e serviços externos

Os gastos reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 relativamente à rubrica de fornecimentos e serviços externos são como apresentados abaixo:

Detalhe dos fornecimentos e serviços externos

	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	-	-
Trabalhos especializados	9 265 385	7 586 880
Publicidade e propaganda	59 371	29 672
Vigilância e segurança	852 435	769 195
Honorários	1 698 608	1 647 830
Conservação e reparação	1 405 707	2 644 308
Serviços bancários	24 730	19 645
Outros serviços especializados	40 661	24 146
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	420 817	448 844
Livros e documentação técnica	13 133	8 135
Material de escritório	71 795	66 492
Artigos de oferta	62 434	60 018
Outros materiais	72 912	145 469
Eletricidade	975 566	964 208
Combustíveis	1 145 814	1 124 958
Água	625 410	510 786
Outros	27 130	21 878
Deslocações e estadas	210 430	150 560
Transportes de pessoal	5 435	8 480
Transportes de mercadorias	9 449	11 653
Rendas e alugueres	183 769	173 469
Comunicação	119 830	144 061
Seguros	419 212	125 231
Contencioso e notariado	2 220	1 976
Despesas de representação	1 646	1 617
Limpeza, higiene e conforto	920 070	935 068
Outros fornecimentos e serviços externos	143 062	116 477
	<u>18 777 031</u>	<u>17 741 056</u>

O aumento desta rubrica deveu-se maioritariamente a maior contratação de trabalhos especializados e também à classificação dos seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais na conta 62.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****20. Outros rendimentos e ganhos**

Na data de relato a rubrica de outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

Resumo dos outros rendimentos e ganhos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendimentos suplementares		
Serviços sociais	-	-
Aluguer de equipamento	67 183	79 910
Descontos de pronto pagamento obtidos	4 826	5 014
Recuperação de dívidas a receber	63 889	30 085
Ganhos em inventários	310 901	56 511
Investimentos financeiros outros	-	26 468
Alienações	17 000	6 500
Propriedades de investimento	3 164	4 746
Correções relativas a períodos anteriores	206 171	124 994
Imputação de subsídios ao investimento	411 369	422 584
Donativos	1 270	320
Outros	206 465	244 877
	<u>1 292 237</u>	<u>1 002 010</u>

21. Outros gastos e perdas

Na data de relato a rubrica de outros gastos e perdas apresenta a seguinte composição:

Resumo dos outros gastos e perdas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Impostos	49 970	54 459
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	64 417	28 128
Perdas em inventários	620 621	109 431
Alienações	-	-
Sinistros	-	235
Abates	-	3 917
Correções relativas a períodos anteriores	262 735	96 342
Donativos	8 140	23 700
Quotizações	6 136	3 921
Outros	295 353	167 900
	<u>1 307 373</u>	<u>488 033</u>

22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**INSTITUTO S. JOÃO DE DEUS****23. Acontecimentos após data de balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas de 2025.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Direção do Instituto São João de Deus, em reunião para o efeito.

24. Honorários pagos por trabalhos de auditoria às contas

O valor dos honorários referentes a serviços de auditoria da empresa PKF & Associados, SROC, LDA relativos a 2025 foram de 33.250 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor.

As Demonstrações Financeiras do Instituto São João de Deus do ano 2025 foram aprovadas em reunião de Direção, no dia 14 de maio 2026.

A Direção:

O Presidente

José Paulo Simões Pereira

O Secretário

Adelino Manuel Espadaneira Manteigas

O Tesoureiro

Luiz Manuel Vieira da Silva

O 1º Vogal

Alberto Paulo Madureira Mendes

O 2º Vogal

Augusto Vieira Gonçalves

A Contabilista Certificada:

Sónia Almeida Ângelo



Instituto
S. João de Deus